

Serra deve presidir

* 4 MAR 1997

a CAE

GAZETA MERCANTIL

Serra

por César Felício
de Brasília

Está praticamente definido o trio que comandará as ações do Senado nos próximos anos, ao lado do presidente, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). O pefelista Bernardo Cabral (AM) deverá presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o tucano José Serra, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o pemedebista José Sarney, a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Responsável pela análise técnica de todas as matérias referentes ao endividamento interno ou externo de estados, municípios e União, a CAE é um cargo especialmente estratégico. Foi ela que aprovou sem contestações nos últimos dois anos todos os pedidos de emissão de títulos para pagamento de precatórios que provocaram a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Casa.

O novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos terá uma missão especial: reestruturar as relações entre os estados, que pedem aval para a emissão de títulos; o Banco Central, que dá pareceres sobre os pedidos; e o Senado, que autoriza ou não as emissões. Serra é considerado um nome adequado, pois conhece bem, simultaneamente, essas três instâncias. Além disso, conquista uma lugar de destaque no Legislativo, sem ter que voltar a um ministério.

Ele disputa como franco favorito a função com os senadores Beni Veras (PSDB-CE) e Jefferson Peres (PSDB-AM). Ontem ficou definido que a CAE ficará mesmo com os senadores tucanos, já que o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), informou oficialmente que o partido dará prioridade para presidir a Comissão de Relações Exteriores, abrindo mão da CAE, um órgão muito mais importante.

A razão foi a decisão do senador José Sarney – que volta esta semana, depois de praticamente um mês fora de Brasília – de insistir em não quebrar uma tradição dentro do Senado, que reserva a CRE para ex-presidentes da Casa. Com isso, o PMDB perde as duas mais importantes comissões do Senado. Além da CAE, o partido abandonará também a Comissão de Constituição e Justiça, responsável pela análise das reformas constitucionais, que ficará com o PFL. O provável presidente da CCJ será o senador Bernardo Cabral.